PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 005/2021 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 005/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 002/2021

A CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA - PR, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 77.780.120/0001-83, com sede administrativa na Rua Dom Pedro II, n.º 64, Centro, nesta cidade e Comarca de Mangueirinha - PR, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Diogo André Carniel Noll, vem através do presente, por meio da Comissão Permanente de Licitação nomeada pela Portaria n.º 005/2021, em conformidade com os ditames da Lei n.º 8.666/93, tornar público a realização da contratação por meio de DISPENSA DE LICITAÇÃO em que é CONTRATADA a empresa KAMILA SCHMIDT FIOR 09289981938, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 31.958.918/0001-71, com sede administrativa na Avenida Iguaçu, n.º 64, Centro, nesta cidade de Mangueirinha, Estado do Paraná.

1 - SUPORTE LEGAL E REGIME DE CONTRATAÇÃO

1.1. A presente contratação, que seguirá o rito de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, tendo o **menor preço** como critério para julgamento das propostas, será regida pela Lei Federal n.º 8.666/1993, e suas alterações, em especial o seu Art. n.º 24, inciso II;

2 - OBJETO

2.1. O objeto do presente é a Contratação de ½ página de jornal impresso para a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas da Câmara Municipal, conforme detalhamento contido no termo de referência - **Anexo I** do presente edital;

3 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1. As despesas decorrentes do objeto da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

U. Orc.	Proj/Ativ	Elemento de Despesa
01.01	2100	33.90.39.88.00 – Serviços de Publicidade e Propaganda

4 - EDITAL E ANEXOS

4.1. O edital e demais documentos pertinentes à licitação em epígrafe serão colocadas à disposição de qualquer pessoa e divulgados na *homepage* da Câmara Municipal para consulta

e serão fornecidos aos interessados, mediante requerimento, junto ao setor de licitações, no endereço mencionado no preâmbulo deste edital, de segunda à sexta-feira, durante o horário de expediente da Edilidade;

5 – DA VIGÊNCIA, VALOR E FORMA DE PAGAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. A vigência da contratação será de 10 (dez) meses, a partir da data de assinatura do contrato;
- 5.2. O valor global do presente Processo Administrativo será de no máximo **R\$ 8.000,00 (oito mil reais)**;
- 5.2.1 O valor mensal será de R\$ 800,00 (oitocentos reais);
- 5.2.2. No valor contratado estão incluídos todos os tributos e demais encargos decorrentes da execução do objeto do presente contrato, não se responsabilizando a Contratante por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo Contratado, que porventura não tenha sido acordada;
- 5.3. O pagamento pelos serviços relacionados no item 2, será efetuado, ao futuro contratado, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, até o 5º dia útil do mês subsequente, mediante transferência eletrônica ou boleto bancário;

6 – DO CONTRATO E DAS CLÁUSULAS EXORBITANTES

- 6.1. A contratação decorrente desta licitação, como já mencionado, será formalizada mediante assinatura do respectivo contrato (**Anexo II**);
- 6.2. As cláusulas que dispõe sobre a execução do contrato, assim como as cláusulas exorbitantes que tratam da alteração unilateral do objeto, da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, da inoponibilidade da exceção do contrato não cumprido, da rescisão unilateral, da fiscalização e da aplicação de penalidades estão previstas na minuta do contrato em questão;

7 – DISPOSIÇÕES GERAIS

- 7.1. Esclarecimentos relativos ao presente edital e as condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações, no endereço mencionado preâmbulo deste edital ou pelo Fone/Fax (46) 3243-1580;
- 7.2. Fica reservado ao Presidente da Câmara Municipal, na qualidade de ordenador da despesa, o direito de revogar ou anular o presente procedimento licitatório, no caso de conveniência e oportunidade ou ilegalidade, respectivamente;

7.3. É facultada a Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase do Processo Administrativo, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do presente processo;

8 – ANEXOS

- 8.1. Fica sendo parte integrante do presente edital os anexos abaixo relacionados:
 - a) Anexo I Termo de Referência;
 - **b) Anexo II** Contrato;

Mangueirinha, 24 de fevereiro de 2021

Diogo André Carniel Noll

João Pedro Veiga

Presidente da Câmara Muncipal

Presidente da Comissão de Licitação

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Contratação de ½ página de jornal impresso para a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas da Câmara Municipal.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

- 2.1. O tamanho da ½ página a ser contratada para diagramação deverá ter mínimo de 160mm x 240mm (16cm x 24cm);
- 2.2. A circulação do jornal ser, no mínimo, de periodicidade semanal e deverá ter circulação no Município de Mangueirinha/PR, para divulgação dos trabalhos legislativos através da publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas da Câmara Municipal de Mangueirinha/PR.;
- 2.3. O meio de comunicação em questão deverá possibilitar o envio do material a ser publicado (texto e imagem) na mesma semana, até o encerramento da ordem do dia da Edilidade sexta-feira, 12h00min, e terá o prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas) para publicar o material enviado;
- 2.4. A diagramação será de inteira responsabilidade do veículo de comunicação a ser contratado e deverá seguir os objetivos e as linhas gráficas e editoriais do impresso;
- 2.4.1. A contratada deverá disponibilizar um funcionário para cobrir todas as sessões legislativas e os demais eventos pertinentes ao Poder Legislativo Municipal;
- 2.4.2. O texto a ser publicado será formatado segundo o estabelecido na Lei Federal n.º 8.639/1993, que "Disciplina o uso de caracteres nas publicações obrigatórias";
- 2.5. O custo da publicação será fixo e seu valor total, em moeda corrente, deverá ser inserido ao final da matéria veiculada, possibilitando, destarte, o acesso a essa informação por toda a população;
- 2.6. A contratada fica obrigada a entregar 5 (cinco) edições do jornal, quando houver publicações da edilidade.

3. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da referida contratação é de 10 (dez) meses, contados da data da assinatura do contrato.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação, tem no intuito de divulgar os trabalhos realizados pela Câmara

Municipal, bem como a transparência nos serviços da edilidade;

- 4.2. Outrossim, solicita-se a contratação dos serviços aqui expostos, tendo em vista que a presente contratação tem no intuito de divulgar os trabalhos realizados pela Câmara Municipal, bem como a transparência nos serviços da edilidade.
- 4.3. Isto posto, justifica-se a contratação pretendida, visando o atendimento à legislação e aos princípios da Administração Pública.

ANEXO II

CONTRATO N.º ----/2021

Por este instrumento particular, e na melhor forma de direito, que fazem entre si a				
CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º				
77.780.120/0001-83, com sede administrativa na Rua Dom Pedro II, n.º 64, Centro, nesta				
cidade e Comarca de Mangueirinha, Estado do Paraná, neste ato representado por seu				
Presidente, Sr. Diogo André Carniel Noll, brasileiro, devidamente inscrito no cadastro de				
pessoas físicas sob o n.º 039.868.919-94, doravante simplesmente denominado				
CONTRATANTE e de outro lado, a empresa, devidamente inscrita no CNPJ sob				
o n.º, com sede administrativa na Rua, Bairro, na cidade de				
neste ato representado por seu sócio administrado, Sr,				
devidamente inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o n.º, doravante				
simplesmente denominada CONTRATADA, celebram este contrato mediante as seguintes				
cláusulas e condições:				
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO				
1.1 O objeto do presente é a Contratação de ½ página de jornal impresso para a publicidade				
dos atos, programas, obras, serviços e campanhas da Câmara Municipal;				
1.2 Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o termo de referência				
elaborado, bem como a proposta da Contratada.				
CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO				
2.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por				
preço global, conforme disposto na Lei Federal n.º 8.666/1993.				
CLÁUSULA TERCEIRA – CLÁUSULA TERCEIRA – O PREÇO E AS CONDIÇÕES				
DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, DATA-BASE E PERIODICIDADE DO				
REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO				
MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO				
EFETIVO PAGAMENTO;				
3.1 Pela prestação dos serviços mencionados na cláusula primeira, a Contratante pagará à				

Contratada o valor mensal de R\$ _____ (valor por extenso) mensais;

- 3.2 O valor total da contratação corresponde a R\$ _____ (valor por extenso);
- **3.3** O pagamento pelos serviços relacionados no item 1, será efetuado, ao futuro contratado, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, até o 5º dia útil do mês subsequente, mediante transferência eletrônica ou boleto bancário;
- **3.4** Os custos pela emissão do boleto bancário e/ou pela transferência eletrônica serão arcados pela Contratada, caso opte em receber o pagamento mediante transferência em instituições financeiras diversas do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal;
- **3.5** No preço contratado estão incluídos todos os tributos e demais encargos decorrentes da execução do objeto do presente contrato, não se responsabilizando a Contratante por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada;
- **3.6** A atualização financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Contratante, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para o atraso;
- **3.7** A atualização financeira é devida desde a data limite fixada neste contrato para o devido pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento, com a incidência de 1% (um por cento) de juros moratórios ao mês.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

U. Orc.	Proj/Ativ	Elemento de Despesa
01.01	2100	33.90.39.88.00 – Serviços de Publicidade e Propaganda

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1 O presente contrato terá vigência de 10 (dez) meses, contados da contados da data da assinatura do presente, nos termos do Art. 57 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **6.1** Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
- **6.2** Relacionar-se com a Contratada exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- **6.3** Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- **6.4** Efetuar, com pontualidade, os pagamentos devidos a Contratada, após o cumprimento das formalidades legais;

- **6.5** Fornecer a Contratada todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.
- **6.6** Notificar a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir eventuais falhas ou irregularidades encontradas na execução dos serviços contratados;

Parágrafo Primeiro – A Contratante reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela Contratada de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato:

Parágrafo Segundo – A Contratante efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SETIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **7.1** Executar os serviços contratados em conformidade com o termo de referência elaborado, por meio de pessoal qualificado para o exercício das atividades que lhe forem confiadas;
- **7.2** Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- **7.3** Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante da Contratante durante a vigência do contrato;
- **7.4** Cumprir todas as orientações da Contratante para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- **7.5** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante, seja em virtude de cisão, incorporação ou fusão;
- **7.6** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação;
- 7.7 Responder exclusivamente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato;
- **7.8** Atender todas as exigências trabalhistas pertinentes, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho;
- **7.9** Fornecer a mão-de-obra e material necessário para a execução do serviço;

7.10 Fornecer todo o equipamento necessário para a execução do serviço;

CLÁUSULA OITAVA – DAS CLÁUSULAS EXORBITANTES

- **8.1 Da Alteração Unilateral do Objeto:** A Contratante se reserva no direito de modificar unilateralmente o objeto do presente contrato para melhor adequá-lo às finalidades de interesse público, ficando a Contratada obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, eventuais acréscimos e supressões no tocante a **quantidade** do objeto contratado.
- **8.1.1** A alteração referida no item anterior pode consistir no acréscimo ou diminuição de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (Lei n.º 8.666/93, Art. 65, §1º da Lei n.º 8.666/93).
- **8.1.2** Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da Contratada, a Contratante deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.
- **8.2 Da Inoponibilidade da Exceção do Contrato não Cumprido:** A *exceptio non adimpleti contractus* somente poderá ser invocada pela Contratada, com o fim de suspender a execução contratual, após 90 (noventa) dias de inadimplemento por parte da Contratante, e desde que ausente justa causa.
- **8.3 Da Rescisão Unilateral:** A Contratante poderá rescindir administrativamente o presente Contrato nas hipóteses previstas no Art. 78, I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à Contratada o direito a qualquer indenização, ressalvados os casos especificados no Art. 79, §2°, da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo das penalidades pertinentes, assegurados nos autos do processo respectivo, o contraditório e a ampla defesa.
- **8.3.1** Nos casos enumerados no Art. 78, I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93, a rescisão dar-seá por ato unilateral da Contratante, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.
- **8.4 Da Aplicação de Penalidades:** Pela inexecução total ou parcial do presente contrato, a Contratante poderá aplicar as seguintes penalidades, garantida a prévia defesa da Contratada:
- a) Advertência;
- b) No caso de infração continuada (que se repete a cada dia), multa administrativa de 1% (um por cento) do valor do contrato por cada dia de descumprimento de obrigação assumida no contrato, até o limite de 20% (vinte por cento).
- c) Multa Administrativa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, pela infração de qualquer cláusula do Contrato;

- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes após decorridos o prazo da sanção aplicada.
- **8.4.1** Se a Contratada não recolher o valor da multa que eventualmente lhe tenha sido imposta, dentro de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer "jus". Se a empresa Contratada não possuir mais créditos junto a Câmara Municipal, o valor da multa que lhe tenha sido imposta no prazo do item anterior será acrescido de juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês.
- **8.4.2** As multas previstas nesta Cláusula não terão caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- **8.4.3** Aplicam-se ao presente contrato as disposições contidas nos Arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93;

CLÁUSULA NONA- ALTERAÇÃO

9.1 O presente contrato também poderá ser alterado por acordo entre as partes contratantes, nos casos expressos no Art. 65, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, mediante o devido aditamento;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **10.1** O presente contrato é assinado por dispensa de licitação, baseado no inciso II do Art. 24 da Lei n.º 8.666/93;
- **10.2** Os casos omissos do presente instrumento serão dirimidos com aplicação da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, bem como com base nos princípios gerais do direito público;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 As partes contratantes elegem o Foro da Comarca da Contratante como o único competente para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

E, por estarem de perfeito e comum acordo, justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

Mangueirinha, (data)	
Diogo André Carniel Noll	
Presidente da Câmara Municipal	Contratada
01 ^a Testemunha	02ª Testemunha
CPF n ° -	CPF n ° -